

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA BA
Exercício: 2013
Processo: 08255.010309/2014-31
Município: Salvador - BA
Relatório nº: 201406693
UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/BA,

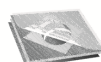
1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22.04.2014 a 07.05.2014, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Registra-se que os Achados de Auditoria apresentados neste relatório foram estruturados, preliminarmente, em Programas e Ações Orçamentárias organizados em títulos e subtítulos, respectivamente, segundo os assuntos com os quais se relacionam diretamente. Posteriormente, apresentam-se as informações e as constatações que não estão diretamente relacionadas a Programas/Ações Orçamentários específicos.



2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 29/11/2013, entre a Controladoria Regional da União no Estado da Bahia e a Secex/BA, foram efetuadas as seguintes análises:

1. Avaliação da conformidade das Peças;
2. Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão;
3. Avaliação dos indicadores instituídos pela UJ;
4. Avaliação da gestão de pessoas;
5. Avaliação da gestão de compras e contratações;
6. Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário;
7. Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos.

Conforme ajuste de escopo realizado nos termos do §6º da Decisão Normativa TCU nº 132/2013, os seguintes temas não foram objeto de exame: item 2 (avaliação dos resultados) e item 3 (indicadores).

2.1 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O Tribunal de Contas da União não emitiu, ao longo do exercício de 2013, nenhuma determinação para que a CGU acompanhasse determinações/recomendações emanadas pela corte de contas para a Superintendência da Polícia Federal na Bahia.

2.2 Avaliação da Conformidade das Peças

A Unidade elaborou e incluiu no processo de contas o Rol de Responsáveis, em cumprimento das peças obrigatórias exigidas por força da DN TCU nº 132/2013. No que se refere ao conteúdo mínimo a ser informado no relatório de gestão referente ao exercício de 2013, previsto na Portaria-TCU nº 175/2013, as informações dos subitens 5.1.1.1 (força de trabalho da Unidade com lotação autorizada e efetiva) e 5.1.2.2 (quantidade de servidores por faixa etária) e respectivos quadros não puderam ser publicadas em razão de sigilo decorrente da atividade policial, segundo Instrução Normativa - DPF nº 69, de 14/12/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 242, de 17/12/2012. No entanto, tais informações foram repassadas diretamente à CGU a fim de subsidiar as análises que compõem o relatório de auditoria de contas.

O subitem 5.1.2.3 da supracitada Portaria (quadro contendo a quantidade de servidores por nível de escolaridade) teve a informação prestada em forma percentual, também em razão do sigilo, o que não prejudica o entendimento.



O Relatório de Gestão da Superintendência da Polícia Federal na Bahia não apresenta indicadores temáticos ou institucionais, o que compromete a avaliação efetiva do desempenho gerencial da unidade auditada, englobando a sua estrutura organizacional.

Uma divergência de valores foi identificada no quadro Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, quadro A.6.2.1, à fl 53 do Relatório de Gestão de 2013, que informa o quantitativo de três imóveis de uso especial da União, sendo dois localizados em Salvador e um outro situado em Ilhéus. Ocorre que o sistema SPIUnet registra 04 (quatro) imóveis de uso especial de propriedade da União que são utilizados pela Unidade Auditada. Dois situados em Salvador, um localizado em Porto Seguro e outro localizado em Ilhéus.

Outra discrepância foi verificada no quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, o qual relaciona um total de seis imóveis de titularidade da União, conforme tabela a seguir:

UG	RIP	Valor histórico
200346	3849.00470.500-9	2.940.718,08
200346	3573.00169.500-6	84.500,00
200346	3849.00548.500-2	1.601.191,15
200346	3669.00058.500-0	72.409,48
200346	3965.00066.500-0	128.064,10
200346	3807.00054.500-1	44.281,81

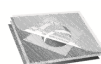
Todavia, conforme consta no sistema SPIUnet, os três últimos imóveis, registrados sob os números 3669.00058.500-0, 3965.00066.500-0 e 3807.00054.500-1, são alugados.

2.3 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Verificou-se que a Unidade Auditada não dispõe de normativos internos definindo quem são os responsáveis pelo controle das recomendações emanadas pela CGU, assim como não possui na sua estrutura gerencial uma matriz de análise de risco relacionada ao atendimento tempestivo das recomendações emanadas.

Também, não foi identificada a existência de procedimentos que evidenciassem o monitoramento de forma sistemática das recomendações, como planilhas de acompanhamento e cronograma de implementações, assim como a Unidade Auditada não dispõe de escala de prioridade na implementação das recomendações em função de gargalos e pontos críticos identificados.

A ausência desses procedimentos, alinhados à falta de ferramentas de controle gerenciais, dificultam a realização de uma leitura sistemática com vistas a identificar como as recomendações da CGU poderiam contribuir para o cumprimento dos objetivos-chave e metas estratégicas da própria Unidade Jurisdicionada.



Ainda, sobreleva registrar que, das sete recomendações dirigidas à Unidade em 2009, decorrentes do Relatório de Auditoria nº 224608/2009 (exame das contas do exercício de 2008), duas perderam o objeto, quatro foram cumpridas, e uma das recomendações encontra-se pendente. Trata-se da cessão gratuita de espaço físico a duas associações de servidores sem atender às formalidades legais.

A falta de matriz de análise de risco e de procedimentos com vistas a monitorar as recomendações emanadas pela CGU pode comprometer a efetividade das recomendações dirigidas à Unidade Auditada, assim como a falta de identificação de pontos críticos tende a tornar os controles internos mais vulneráveis. Visando a suprir essa deficiência, em janeiro de 2014 foi instituída na SR/DPF/BA uma Unidade de Controle Interno, a qual terá no seu rol de atribuições o acompanhamento e controle das recomendações expedidas pela CGU.

2.4 Avaliação do CGU/PAD

A Unidade encontra-se devidamente estruturada para a utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD. A Corregedoria-Regional da Polícia Federal na Bahia é o setor responsável pela gestão do sistema. Verificou-se, ainda, que há normativos internos (Instruções Normativas) que disciplinam tanto o uso do CGU-PAD, quanto a utilização de um sistema próprio da Polícia Federal, o Sistema de Acompanhamento Disciplinar – SAD. No entanto, a despeito de contar com uma estrutura tecnológica e de pessoal adequada, constatou-se que 44 (quarenta e quatro) processos de sindicância já encerrados entre 2006 e 2007 ainda não haviam sido lançados no CGU-PAD, conforme item consignado neste relatório.

2.5 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

2.6 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

Durante os trabalhos de auditoria anual de contas do exercício de 2013, foi realizada avaliação quanto à qualidade da gestão da Unidade no que se refere ao patrimônio imobiliário de responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros, sobretudo quanto ao valor do imóvel, despesas efetuadas com a manutenção, estado de conservação, inserção e atualização das informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela Unidade.



Todo o controle é realizado por meio do Sistema SPIUnet, responsável pelo gerenciamento dos bens imóveis de uso especial da União, o qual está interligado com o SIAFI para facilitar a execução do balanço patrimonial da Unidade.

Em 2013, a Unidade possuía um total de 07 (sete) de imóveis de uso especial sob sua responsabilidade, conforme quadro abaixo:

Localização		Quantidade total de imóveis de uso especial sob a responsabilidade da Unidade.	
		2012	2013
Brasil	Salvador	02	02
	Juazeiro	01	01
	Ilhéus	01	01
	Vitória da Conquista	01	01
	Porto Seguro	02	02

Fonte: SPIUnet

Dois (02) imóveis localizados em Salvador, 01 localizado em Ilhéus e 01 localizado em Porto Seguro são de propriedade da União. Já as delegacias de Juazeiro, Vitória da Conquista e Porto Seguro (Aeroporto) funcionam em imóveis locados de terceiros.

No que concerne aos quatro imóveis de propriedade da União, verificou-se que estão com data de avaliação vencida, o que está detalhado em item específico deste relatório. Esta ocorrência demonstra a necessidade de aprimoramento da gestão do uso dos imóveis próprios por parte da Unidade, no sentido de uma atuação mais proativa, se antecipando aos prazos de reavaliação. Já os imóveis alugados, todos estão com avaliação dentro da data de validade, a qual expirará em 10.07.2014.

Quanto à avaliação das despesas com manutenção de imóveis, verificou-se que no exercício de 2013 a Unidade gastou com a rubrica reformas e manutenção de imóveis o montante de R\$ 447.727,41, sendo R\$ 184.488,75 com reformas e R\$ 263.238,66 com manutenção.

Os referidos gastos foram realizados com o imóvel de propriedade da União, especificamente o cadastrado no RIP de nº 3849.00470.500-9, situado em Salvador. Quanto aos demais, inclusive os três imóveis locados, a Unidade não despendeu recursos financeiros com o intuito de reformá-los ou conservá-los.

2.7 Avaliação da Gestão de Pessoas

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

2.8 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ



A análise dos processos licitatórios realizados pela Superintendência teve por objetivo avaliar a regularidade das contratações efetuadas de acordo com as seguintes diretrizes: apurar se o objeto da licitação atende a real necessidade da Unidade; verificar a consonância do objeto com a missão e metas da Instituição, bem como com os objetivos das ações dos programas contidos no orçamento; verificar o enquadramento do objeto à adequada modalidade de licitação; e verificar as razões de fundamentação da dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Nesse contexto, foram utilizados os critérios de materialidade, relevância e criticidade como metodologia para escolha da amostra, resultando numa amostragem não probabilística. Como resultado das análises, concluiu-se que os controles administrativos utilizados pela Unidade são adequados e proporcionam aderência às disposições da legislação federal que rege as licitações e contratos, mitigando os riscos de prejuízo à administração.

Neste sentido, foram identificados os seguintes pontos positivos: um planejamento eficiente das licitações, o que permitiu a substituição de aquisições por meio de dispensa de licitação pelo sistema de registro de preços; acompanhamento sistemático das alterações da legislação efetuado eletronicamente via internet; implementação de *check-list* para verificação da conformidade legal na instrução do processo licitatório; a implantação de rotinas de controle dos prazos de vigência e a maior celeridade na abertura dos processos licitatórios, o que evitou a necessidade de celebração de contratos emergenciais. Verificou-se, ainda, que a Unidade vem cumprindo os normativos que preceituam a adoção de critérios sustentáveis em suas contratações.

Os quadros a seguir resumem de forma sintética o resultado das análises efetuadas em campo:

Quadro – Licitações avaliadas

Descrição	Quantidade de processos	Valor envolvido (R\$)*
Processos licitatórios	7	5.484.876,60
Processos avaliados	7	5.401.876,60
Processos em que foi detectada alguma desconformidade*	0	0
*O valor mencionado na última linha corresponde ao total das aquisições e não indica necessariamente a existência de prejuízos.		

Quadro – Dispensas de licitação avaliadas

Descrição	Quantidade de processos	Valor envolvido (R\$)*
Processos de dispensa	34	1.111.794,12
Processos avaliados	4	1.019.642,10
Processos em que foi detectada alguma desconformidade*	0	0
*O valor mencionado na última linha corresponde ao total das aquisições e não indica necessariamente a existência de prejuízos.		

Quadro – Inexigibilidades de licitação avaliadas



Descrição	Quantidade de processos	Valor envolvido (R\$)*
Processos de inexigibilidade	6	177.102,50
Processos avaliados	1	148.240,00
Processos em que foi detectada alguma desconformidade*	0	0
*O valor mencionado na última linha corresponde ao total das aquisições e não indica necessariamente a existência de prejuízos.		

Quadro – Compras sustentáveis avaliadas

Descrição	Quantidade de processos por área				
	TI	Obras	Serviços	Consumo	Somatório
Processos de compra na gestão 2013	2	0	30	10	42
Todos os selecionados para avaliação (a + b + c)	2	0	11	11	24
Dispensados de aplicar a legislação de compras sustentáveis (a)	1	0	9	10	20
Em conformidade com a legislação de compras sustentáveis (b)	1	0	2	1	4
Em desconformidade com a legislação de compras sustentáveis (c)	0	0	0	0	0

2.9 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Conforme informação da DPF Sede, o monitoramento dos programas por meio do alcance das metas prioritárias do PPA é realizado semestralmente mediante inclusão das informações no SIOP pela CPLAM/DLOG/DPF. A atuação do DPF é realizada de forma integrada entre as diversas unidades gestoras nas respectivas áreas de atuação. Dessa forma, a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão só é possível no âmbito do órgão central.

Verificou-se, por meio de extração de dados do SIAFI, que as Ações executadas pela Unidade Auditada apresentam coerência com o objeto dos gastos por ela realizados, e que as despesas executadas em 2013 guardam correlação com a finalidade dos programas de sua responsabilidade.

Para uma melhor compreensão acerca da conformidade das Ações com o objeto dos gastos realizados, evidenciados nos dez maiores empenhos por ação, faz-se necessário analisar os dados disponibilizados no quadro a seguir e fazer um cotejamento entre eles.

UG	Programa	Ação	Descrição do objeto	Valor empenhado
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração da unidade - 2000	Fornecimento contínuo de energia	730.526,36



200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Serviço especializado de limpeza	644.797,40
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Telefonia fixa convencional	640.994,76
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Manutenção e reforma predial	530.000,00
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Prestação de serviços viagens	494.648,02
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Serviço de vigilância armada	434.069,60
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Serviços de jardinagem e gramados	390.869,42
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Contratação de 03 postos de vigilância armada	380.647,00
200346 SRPF/BA	Programa de gestão e manutenção do MJ	Administração unidade - 2000	da	Serviço de tecnologia da informação	358.724,22
200346 SRPF/BA	Segurança pública com cidadania	Implementação do plano nacional de segurança pública - 7U23		Prestação de serviços de agenciamento de viagens	129.000,00
200346 SRPF/BA	Segurança pública com cidadania	Implementação do plano nacional de segurança pública - 7U23		Custeio de hospedagem – Sorteio das Chaves da Copa 2014	148.240,00

Verifica-se que as despesas mais relevantes, com a ação administração da unidade, foram realizadas com o custeio de fornecimento contínuo de energia, contratação de serviço de limpeza e telefonia fixa. Quanto à ação 7U23 – implementação do plano nacional de segurança pública, o gasto mais relevante ocorreu com o custeio de hospedagem para servidores policiais encarregados da segurança de dignitários estrangeiros, totalizando R\$148.240,00.

2.10 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Conforme ajuste de escopo realizado nos termos do §6º do art. 9º da Decisão Normativa TCU nº 132/2013, esse tema não foi objeto de exame. Os indicadores institucionais padronizados ainda estão em processo de construção pelo Departamento de Polícia Federal.

2. 11 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão



As providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Salvador/BA, 30 de julho de 2014.

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado da Bahia

Achados da Auditoria - nº 201406693

1 PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA

1.1 ADMINISTRACAO DA UNIDADE

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

Dinheiro público é da sua conta



www.portaldatransparencia.gov.br

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica das principais ações sob responsabilidade da Unidade.

Fato

Trata-se das informações básicas das principais ações executadas pela SR/DPF/BA, no âmbito do Programa 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça. No levantamento dessas informações, tomou-se por base o total das despesas empenhadas e liquidadas pela Unidade no exercício de 2013, extraído da base de dados do SIAFI, conforme discriminado abaixo:

Programa - descrição	Ação - descrição	Finalidade	Forma de implementação	Representatividade (%)
2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	2000 - Administração da Unidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas.	Não informada no cadastro de ações.	62,77

1.1.2 OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

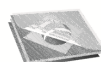
Informação básica da Ação de Governo 2000 - Administração da Unidade.

Fato

Trata-se da Ação 2000 – Administração da Unidade, que tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, o qual tem por objetivo prover os órgãos vinculados ao Ministério dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas temáticos.

A implementação da Ação se dá de forma direta pela Unidade, mediante despesas que compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos;



estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Para avaliação da Ação 2000 foi efetuada amostragem não probabilística, considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além de vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a cerca de 70% do total das despesas executadas na Ação. Os exames realizados foram voltados para a verificação da regularidade dos processos licitatórios, sendo que a profundidade contemplou os seguintes elementos:

- Motivação da contratação;
- Modalidade, objeto e valor da contratação;
- Fundamentação da dispensa; e
- Regularidade do processo avaliado.

1.1.2.2 INFORMAÇÃO

Os processos licitatórios analisados estão em conformidade com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle.

Fato

Da análise de 07 processos licitatórios, no valor total de R\$ 5.401.876,60 (cinco milhões quatrocentos e um mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos), observou-se que todos os procedimentos adotados estavam compatíveis com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle, conforme amostra abaixo descrita:

Pregão Eletrônico nº	Objeto	Valor (R\$)
003/2012-SRP	Aquisição de suprimentos para impressoras (cartuchos, toners, fusores).	1.000.968,13
001/2013-SRP	Contratação de serviço continuado de recepção para o atendimento no embarque e desembarque internacional dos aeroportos de Salvador e Porto Seguro.	1.195.620,96
002/2013-SRP	Contratação de serviço de administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados.	Revogado
003/2013-SRP	Aquisição de material de consumo.	66.509,41
006/2013-SRP	Contratação de serviço de administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados.	1.641.478,82
008/2013-SRP	Contratação de serviço de locação de veículos e microônibus	840.438,00
010/2013-SRP	Contratação de serviços continuados de recepcionista, jardinagem, auxiliar de almoxarife e copeiragem.	656.861,28



1.1.3 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços.

Fato

Com a finalidade de realizar avaliação da gestão de compras e contratações, solicitou-se ainda durante a auditoria de acompanhamento de gastos, em 2013, por meio de Solicitação de Auditoria, que a Unidade informasse quais os critérios de sustentabilidade ambiental que são utilizados na aquisição de bens e contratação de serviços. Verificou-se que os procedimentos licitatórios sustentáveis realizados pela Unidade em 2013 foram os seguintes:

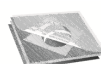
Nº Licitação	Objeto	Fornecedor	Valor (R\$)
Dispensa nº 012/2013	Contratação de empresa especializada na recarga de cartuchos de impressão	Rita de Cassia Ramos de Oliveira (07.596.010/0001-80)	5.577,00
Pregão Eletrônico nº 03/2013	Aquisição de material de expediente (20.000 copos descartáveis de papel)	Master Papelaria (13.181.572/0001-6)	4.800,00
Pregão Eletrônico nº 09/2013	Aquisição de 02 centrais privativas de telefonia – CPCT, tipo PABX	V2 Integradora de Soluções Ltda. – ME (08.231.792/0001-17)	83.000,00
Pregão Eletrônico nº 10/2013	Contratação de Serviços de Copeiragem	Katre Mão de Obra Terceirizada Ltda. (12.633.102/0001-23)	56.614,56 (valor anual)

Sobre a rotina de inserção de critérios de sustentabilidade nos editais, conforme previsto na IN/SLTI-MP nº 01/2010 e na Portaria/SLTI-MP nº 2/2010, a partir da resposta aos questionamentos da equipe de auditoria verificou-se que a Unidade tem buscado dar efetividade aos normativos que preceituam a adoção de critérios sustentáveis em suas contratações. Nesse sentido, ressalta-se a boa prática dos gestores em buscar o envolvimento das áreas demandantes nesse processo.

Por fim, quanto à promoção/estimulação da capacitação dos servidores que atuam na área de gestão de compras e contratações, verificou-se a participação desses servidores em cursos cujo conteúdo abordava a questão da sustentabilidade nas aquisições e contratações. A título de exemplo, pode-se mencionar a capacitação dos pregoeiros da Unidade, que foram instruídos quanto à compulsória inclusão de critérios sustentáveis nos pregões da SR/DPF/BA. Tais procedimentos já foram adotados em licitação em andamento para aquisição de Centrais Telefônicas a serem utilizadas na Delegacia de Vitória da Conquista e no edifício que abriga alguns setores da SR/DPF/BA, localizado na Av. Sete de Setembro, Corredor da Vitória, em Salvador/BA. Assim, comprova-se que a Unidade vem promovendo a capacitação dos seus servidores.

1.1.4 CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

1.1.4.1 INFORMAÇÃO



Os processos de contratações e aquisições analisados, realizados por dispensa, estão em conformidade com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle.

Fato

Para avaliar a gestão de compras e contratações, especialmente no que diz respeito à regularidade dos processos sem licitação, foram selecionados por amostragem, considerando os aspectos de materialidade e criticidade, 04 (quatro) processos de contratação direta por dispensa, no valor total de R\$ 1.019.642,10. Este valor corresponde a cerca de 92,00% do montante de despesas efetuadas na modalidade dispensa de licitação. Os processos examinados estão relacionados no quadro a seguir:

Dispensa de Licitação nº	Objeto	Valor (R\$)
004/2013	Millenium Serviços Ltda - Contratação de 08 (oito) postos de serviços na área de informática.	112.683,66
012/2013	Real Laser - Contratação de empresa especializada na recarga de cartuchos de impressão	5.577,00
019/2013	Bahia Marina S/A – Locação de vagas em marina.	969,00
029/2013	SOLL Serv. Obras e Locações Ltda. – Contratação de serviços continuados de limpeza.	900.412,44
Valor Total Examinado		1.019.642,10

A partir da análise, observou-se que a Unidade adotou procedimentos compatíveis com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle.

2 SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA

2.1 IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZACAO DOS GRANDES EVENTOS

2.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica das principais ações sob responsabilidade da Unidade.

Fato

Trata-se das informações básicas das principais ações executadas pela SR/DPF/BA, no âmbito do Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania. No levantamento dessas informações, tomou-se por base o total das despesas empenhadas e liquidadas pela Unidade no exercício de 2013, extraído da base de dados do SIAFI, conforme discriminado abaixo:

Programa - descrição	Ação - descrição	Finalidade	Forma de implementação	Representatividade (%)
----------------------	------------------	------------	------------------------	------------------------



	14WH - Não consta no cadastro de ações	Não consta no cadastro de ações	Não informada no cadastro de ações.	3,19
2070 - Segurança Pública com Cidadania	2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.	Combater e reprimir crimes diversos; fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país; reprimir crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e a Lavagem de Ativos; reprimir o tráfico de armas, acessórios e munições; exercer o Controle e Fiscalização sobre armas de fogo, sempre atuando de forma integrada com todas as áreas da Polícia Federal e com os demais órgãos afins.	Direta e descentralizada	25,70
	7U23 - Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos	Implantação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos	Direta e Descentralizada	8,37

2.1.2 CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

2.1.2.1 INFORMAÇÃO

Informação básica da Ação de Governo 7U23 - Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização de Grandes Eventos.

Fato

Trata-se da Ação 7U23 – Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos, que tem por finalidade o custeio das atividades de segurança vinculadas à realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo 2014. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, o qual tem por objetivo ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Para avaliação da Ação 7U23 foi efetuada amostragem não probabilística, considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além de vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a cerca de 70% do total das despesas executadas na Ação.



2.1.2.2 INFORMAÇÃO

Os processos de contratações e aquisições analisados, realizados por inexigibilidade, estão em conformidade com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle.

Fato

Para avaliar a gestão de compras e contratações, especialmente no que diz respeito à regularidade dos processos sem licitação, foi selecionado por amostragem, considerando os aspectos de materialidade e criticidade, o processo de contratação direta por inexigibilidade nº 06/2013, no valor total de R\$ 148.240,00 (cento e quarenta e oito mil duzentos e quarenta reais) para contratação de serviços de hospedagem no hotel Grand Palladium Imbassai Resort & Spa (CNPJ 07.224.103/0001-84) para o Sorteio das Chaves da Copa do Mundo de 2014. Verificou-se que a contratação está em conformidade com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle.

2.2 PREVENCAO E REPRESSAO AO TRAFICO ILICITO DE DROGAS E A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO

2.2.1 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

2.2.1.1 INFORMAÇÃO

Descrição do programa Segurança Pública com Cidadania.

Fato

Os procedimentos verificados guardam correlação com a segurança interna das arenas da Copa do Mundo, a qual será prestada por empresas de segurança privada.

Esse tipo de atividade, a prestação de serviços por empresas de segurança, é controlada pela Polícia Federal, à qual compete verificar se as empresas atendem aos preceitos, sobretudo, previstos na Portaria nº3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/2012.

A ação tem por objetivo avaliar o processo de concessão de autorização para empresas privadas, fazendo parte do programa Segurança Pública com cidadania, o qual objetiva o combate à criminalidade.

2.2.1.2 CONSTATAÇÃO

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

2.2.1.3 CONSTATAÇÃO

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.



2.2.1.4 CONSTATAÇÃO

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

2.2.1.5 INFORMAÇÃO

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

2.2.1.6 INFORMAÇÃO

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

2.2.1.7 CONSTATAÇÃO

Informações suprimidas por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.

3 CONTROLES DA GESTÃO

3.1 CONTROLES INTERNOS

3.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Quantidade significativa de processos administrativos encerrados não registrados no Sistema CGU-PAD

Fato

Ao confrontar a lista de processos do relatório emitido por meio do sistema CGU-PAD com a relação de processos administrativos disciplinares, informada por meio de Solicitação de Auditoria, constatou-se que as sindicâncias investigativas já encerradas e instauradas nos anos de 2006 e 2007, num total de 44 processos, não foram registradas no Sistema CGU-PAD, o que contraria o disposto no art. 4º, inciso III, da Portaria CGU 1.043/2007, o qual determina que os processos disciplinares encerrados em 2006 e 2007 também deverão ser registrados no sistema.

Causa

A inobservância, por parte do Gestor Público, ao disposto contido no art. 4º, inciso III, da Portaria CGU 1.043/2007, motivou a falta de registro dos processos disciplinares no Sistema CGU-PAD.

Manifestação da Unidade Examinada



Por meio do Ofício nº 11/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA, de 30.05.2014, a UJ apresentou a seguinte manifestação:

“(…) segundo informações prestadas pelo NUDIS/COR/SR/DPF/BA, foi determinada a inclusão no sistema CGU-PAD dos feitos disciplinares dos anos de 2006 e 2007. (…)”

Análise do Controle Interno

A UJ admitiu a falha, assumindo o compromisso de registrar os processos de sindicância em questão no Sistema CGU-PAD, o que deverá ser objeto de acompanhamento pela auditoria da CGUBA ao longo do exercício de 2014.

Recomendações:

Recomendação 1: Providenciar o lançamento dos 44 (quarenta e quatro) processos de sindicância pendentes de registro no Sistema CGU-PAD.

Recomendação 2: Estabelecer rotinas que possibilitem o acompanhamento da situação dos processos administrativos instaurados e o estabelecimento de um cronograma de atividades, registrando tempestivamente os processos administrativos no Sistema CGU-PAD, em atendimento à Portaria CGU 1.043/2007.

3.1.1.2 INFORMAÇÃO

Divergência entre o quantitativo de imóveis de uso especial informado pela Unidade Auditada e o registrado no sistema SPIUnet.

Fato

A Unidade Auditada informou no quadro de gestão do patrimônio imobiliário, Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, quadro A.6.2.1, à fl 53 do Relatório de Gestão de 2013, o quantitativo de três imóveis de uso especial da União, sendo dois localizados em Salvador e outro situado em Ilhéus.

Ocorre que o sistema SPIUnet indica o quantitativo de quatro imóveis de uso especial de propriedade da União e que são utilizados pela Unidade Auditada, isto é, dois situados em Salvador, um localizado em Porto Seguro, e um outro em Ilhéus, conforme evidenciam os RIPs 3849.00470.500-9, 3849.00548.500-2, 3807.00052.500-0 e 3573.00169.500-6.

Ademais, a Unidade Auditada informou no quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob sua responsabilidade, o total de seis imóveis de titularidade da União, conforme tabela a seguir.

UG	RIP	Valor histórico
200346	3849.00470.500-9	2.940.718,08
200346	3573.00169.500-6	84.500,00
200346	3849.00548.500-2	1.601.191,15



200346	3669.00058.500-0	72.409,48
200346	3965.00066.500-0	128.064,10
200346	3807.00054.500-1	44.281,81

Todavia, consoante evidencia o SPIUnet, os três últimos imóveis são alugados, isto é, os imóveis registrados sob o número 3669.00058.500-0, 3965.00066.500-0 e 3807.00054.500-1.

3.1.2 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

3.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de diagnósticos de risco e de monitoramento sobre o sistema de controle interno.

Fato

A SRPF/BA criou em janeiro de 2014 a Unidade de Controle Interno, que tem como objetivo aperfeiçoar os procedimentos e rotinas com o fim de minimizar os riscos inerentes à estrutura organizacional.

Em que pese à iniciativa da Unidade Auditada na criação da Unidade de Controle Interno, foram identificadas no exercício de 2013 algumas fragilidades na estrutura da organização atinentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco e ao monitoramento sobre os procedimentos administrativos.

O primeiro tipo de fragilidade guarda correlação com a falta de percepção por parte dos servidores sobre os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade, assim como a falta de ações que possam incentivar a participação dos servidores na elaboração de procedimentos e de instruções operacionais. O segundo tipo de fragilidade é relacionado à falta de mensuração e classificação dos riscos identificados, os quais deveriam ser processados em uma escala de prioridades com vistas à geração de informações úteis à tomada de decisão. Já o terceiro tipo de fragilidade guarda correlação com a falta de monitoramento adequado sobre o sistema de controle interno da Unidade com vistas a avaliar a sua validade e qualidade ao longo do tempo.

Ao questionar a Unidade Auditada por meio da solicitação de auditoria nº 004/2014 acerca de como deveria aperfeiçoar os mecanismos gerais de controle com vistas a torná-los perceptíveis a todos os servidores, nos diversos níveis de sua estrutura; assim como se existem políticas e ações de natureza preventiva ou de detecção para diminuir os riscos e alcançar os objetivos estabelecidos; e se as atividades de controle adotadas por essa UJ são apropriadas e funcionam consistentemente em longo prazo; e quais medidas deveriam ser tomadas para se atingir o nível ideal de monitoramento do sistema de controle interno a fim de avaliar sua efetividade e eficiência; a Unidade por meio do ofício nº 06/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA apresentou a seguinte resposta:



“Como o relatório de gestão refere-se ao exercício de 2013, ano que não havia sido realizada a instituição da Unidade de Controle Interno, a Unidade identificou como necessário sua instituição, efetivada em janeiro de 2014. A partir da instituição da unidade de controle interno será possível uma gestão mais efetiva de controle interno e de avaliação de risco.”

“Alguns procedimentos relacionados à atividade fim, como por exemplo controle migratório, segurança privada e emissão de passaporte possuem normatização e são geridos por sistema informatizado. Há uma parte dos controles, principalmente na área meio, que são realizados de forma empírica e assistemática. Esta unidade, juntamente com o CIGE (Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica), iniciou projeto que visa à normatização e estabelecimento de fluxos de todos os procedimentos relacionados a licitações. Trata-se de um projeto piloto que em caso de sucesso será expandido para outras áreas.

A própria criação da UCI no exercício de 2014 já é um procedimento que visa ao aperfeiçoamento dos fundamentos da estrutura de controle interno.”

“Foi implantada em janeiro de 2014 a Unidade de Controle Interno (UCI) visando justamente ao acompanhamento/monitoramento dos controles internos. Devido ao fato da UCI estar em fase de estruturação ainda não foi possível iniciar este tipo de monitoramento, com previsão do início no segundo semestre de 2014.

A implantação da UCI em janeiro de 2014 teve justamente este propósito, de auxiliar o aperfeiçoamento dos procedimentos de acompanhamento de controle interno e análise de riscos.”

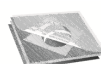
Com base nos questionamentos elaborados pela CGU e com fundamento nas respostas apresentadas, infere-se que a Unidade Auditada precisa aperfeiçoar os controles internos com vistas a facilitar que os objetivos sejam atingidos, concorrendo para tal desiderato o fortalecimento do ambiente interno por meio de ações voltadas a fazer com que os servidores da UJ conheçam e percebam a finalidade dos mecanismos de controle instituídos pela própria Unidade, minimizando assim os pontos críticos existentes.

Causa

Fragilidades no sistema de controles internos, sobretudo os controles relacionados ao ambiente de trabalho, à avaliação de risco e ao monitoramento sobre os procedimentos administrativos, têm contribuído com a falta de percepção por parte dos servidores sobre os mecanismos gerais de controle.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 11/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA, de 30.05.2014, a UJ apresentou a seguinte manifestação:



“Sobre o **item 04**, informa-se que a UJ não tem nada a acrescentar, tendo em vista a recente criação da UCI que abarcará as atribuições relacionadas ao controle interno e melhoramento de procedimentos e fluxos dos diversos processos em trâmite.”

Análise do Controle Interno

Os trabalhos de auditoria indicam que a Unidade Auditada está se reestruturando com vistas a fortalecer os controles internos por meio de desenvolvimento de procedimentos, métodos e rotinas, os quais têm como finalidade, além de identificar as fragilidades internas da própria Unidade, propiciar que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados.

Recomendações:

Recomendação 1: Aperfeiçoe os diagnósticos de risco com vistas a mensurar e classificar os riscos inerentes ao ambiente organizacional, assim como desenvolva os mecanismos necessários a incentivar a participação dos servidores na elaboração de procedimentos administrativos.

4 GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 BENS IMOBILIÁRIOS

4.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

4.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Cessão gratuita de espaço físico para associações de servidores e cooperativa de crédito.

Fato

Na área externa do prédio da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, mas ainda dentro da área pertencente à Unidade, verificou-se a existência de três edificações construídas por duas associações de classe de servidores da Polícia Federal, a saber: ANSEF - Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal (as edificações são o único restaurante que atende aos servidores da Superintendência e uma academia de ginástica) e ANASA – Associação Nacional dos Servidores Administrativos (a edificação é a própria sede da associação). Essas entidades ocupam as dependências da Unidade de forma gratuita, sem pagamento de aluguel e sem a formalização adequada.

A ocupação irregular do espaço pelas entidades é um problema que já persiste há mais de 12 (doze) anos, tendo sido apontada como constatação no Relatório de Auditoria nº 114733/2003 da Controladoria-Geral da União na Bahia, referente ao exame das contas do exercício 2002. Naquela época, em atendimento à recomendação da auditoria, a Unidade instaurou o processo administrativo n.º 08255.000573/2003 visando à regularização do uso dos imóveis e estudo acerca da elaboração de um Termo de Cessão de Uso.



Na auditoria de contas do exercício de 2008, verificou-se que a cessão do espaço ainda não havia sido regularizada. Conforme consta no Relatório de Auditoria nº 224608/2009, a Unidade deu prosseguimento ao processo de regularização da cessão do espaço ocupado pelas associações ANSEF e ANASA por meio da instauração do processo administrativo n.º 08255.032625/2005-73, no qual tentava providenciar, junto à Caixa Econômica Federal e à Superintendência do Patrimônio da União na Bahia – SPU/BA, a avaliação do valor de mercado dos imóveis onde estão instaladas as associações, a fim de que pudesse calcular o valor a ser cobrado daquelas entidades (aluguel ou rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância predial), no intuito de se formalizar o contrato de cessão a título oneroso.

No exame das contas do exercício de 2013, verificou-se que a irregularidade ainda persistia, o que ensejou questionamento por parte da equipe de auditoria. Em resposta a Solicitação de Auditoria, a Unidade justificou, por meio do Ofício nº 09/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA, de 07 de maio de 2014, que “(...) o chefe do SELOG ao tomar posse no presente cargo em 15/01/2014, buscou informações sobre o processo de regularização da cessão do espaço ocupado pelas associações ANSEF e ANASA na área da SR/DPF/BA, uma vez que não havia nenhum procedimento em trâmite ou arquivado no Setor de Logística. Houve a informação que o processo existia, mas não foi possível sua localização. Ao que parece, foi extraviado quando em trânsito na SPU. Conclui que a solução mais correta a ser tomada é dar início a um novo processo de cessão de uso de área ou então notificar as mencionadas associações de classe a desocuparem os espaços, decisão ainda pendente.”

Causa

A omissão, por parte do Gestor Público, no acompanhamento do processo de regularização do espaço físico ocupado pelas entidades, ocasionou a irregularidade.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 11/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA, de 30.05.2014, a UJ apresentou a seguinte manifestação:

“(...) baseando-se nas informações fornecidas pelo SELOG/SR/DPF/BA, a administração ratifica os termos constantes no Ofício nº 09/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA e salienta que se buscará inicialmente instruir um novo processo de cessão de uso de área. (...)”

Análise do Controle Interno

A Unidade admitiu que houve extravio do processo administrativo n.º 08255.032625/2005-73, que visava à regularização da cessão do espaço ocupado pelas associações ANSEF e ANASA e comprometeu-se a instaurar um novo processo administrativo, sem no entanto mencionar prazo para instauração nem quais providências seriam adotadas para apurar o desaparecimento do processo administrativo em questão.



Recomendações:

Recomendação 1: Adotar imediatamente providências com vistas à regularização definitiva do uso do espaço físico cedido às entidades de classe ANSEF, ANASA e à cooperativa Federal Cred.

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO**Falta de atualização de valores dos imóveis de uso especial.****Fato**

Verificou-se por meio do sistema SPIUnet que os imóveis de uso especial, utilizados pela Unidade Auditada, estão com a data de avaliação vencida, conforme quadro a seguir.

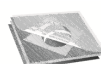
Imóveis de propriedade da União				
Município	RIP	Destinação	Data de validade da avaliação	Valor do terreno
Ilhéus	3573001695006	delegacia	25/10/2002	419.485,83
Porto Seguro	3807000525000	delegacia	05/04/2014	100.003,51
Salvador	3849004705009	edifício/prédio	25/10/2002	5.637170,53
Salvador	3849005485002	edifício/prédio	06/09/2013	2.792646,56

Sobreleva registrar que a identificação de imóveis com a data de avaliação vencida foi objeto da auditoria de acompanhamento realizada na Unidade em 2013.

Tendo em vista que os imóveis não foram reavaliados até o presente momento, a equipe de auditoria solicitou à Unidade Auditada maiores esclarecimentos. Os quais foram prestados por meio do Ofício nº 09/2014-UCI/GB/SR/DPF/BA nos seguintes termos:

“Com relação ao item 2, segundo informações do SELOG, passo a esclarecer que as tratativas com a Caixa Econômica Federal – CEF para a realização das avaliações dos imóveis não avançaram. A Coordenação de Avaliação de Bens – GIDURSA02 da CEF ficou de repassar os custos de avaliação para algumas agências e nos informar da situação. Até o momento não obtivemos resposta da GIDURSA02 e declaro que SR/DPF/BA não tem recursos para arcar com tal serviço. Dessa forma, a resposta para o item 2 é negativa. Não houve evolução desde 20/01/2014.”

Em relação aos imóveis locados de terceiros, totalizando três prédios, consoante RIP de nº 3669000585000, 3807000545001 e 3965000665000, todos estão com avaliação dentro da data de validade, a qual expirará em 10/07/2014.

Causa

Fragilidade dos controles internos na identificação de omissões quanto à necessidade de se reavaliar tempestivamente os imóveis utilizados pela Unidade Auditada.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 11/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA, de 30.05.2014, a UJ apresentou a seguinte manifestação:

“Em atenção ao **item 06**, sopesando os subsídios apresentados pelo SELOG/SR/DPF/BA, científica-se que a administração ratifica o conteúdo das informações prestadas anteriormente e, considerando que as tentativas de avaliação dos imóveis sem custo para a União se mostraram infrutíferas, informa que será instruído um processo de contratação de avaliador de imóveis, a fim de subsidiar da melhor forma possível a obtenção dos dados indispensáveis para a devida regularização dos imóveis elencados.”

Análise do Controle Interno

A manifestação do Gestor corrobora os achados apontados pela equipe de auditoria no que concerne a falta de atualização dos valores dos imóveis de uso especial que se encontram sob a responsabilidade da Unidade Auditada.

Recomendações:

Recomendação 1: Proceder às reavaliações dos imóveis de uso especial dentro do prazo estabelecido pela legislação.

5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1 REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

5.1.1 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

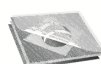
5.1.1.1 INFORMAÇÃO

Falta de indicadores na área de gestão de pessoal.

Fato

Verificou-se que a Unidade Auditada não possui indicadores de gestão para aferir o desempenho, o grau de satisfação dos servidores e a fluidez de comunicação entre os setores que compõem a organização, assim como não foi identificada durante a fase dos trabalhos em campo a existência de mecanismos para identificar os potenciais riscos no desempenho da gestão de pessoas, consoante revela a matriz a seguir.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS			PONTUAÇÃO				
Assunto / Procedimento	Elemento do Sistema de Controle Interno	Itens do procedimento conforme Módulo II - Controles Internos Administrativos	1	2	3	4	5



Estrutura do Sistema de Controles Internos em relação ao item 4 - Avaliação da gestão de pessoas	Ambiente de Controle	Estão definidos em normativos internos os responsáveis pela gestão de pessoas? Há definição dos papéis a serem desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo? Existência de normativos que estabeleçam os responsáveis pela gestão de pessoas, com clara definição dos papéis a serem desempenhados, inclusive dos demais colaboradores do processo.						X
	Avaliação de Risco	Existem mecanismos para identificar as fragilidades e potenciais riscos no desempenho da gestão de pessoas?		X				
	Procedimento de Controle	Há ponderação das distintas opções normativas à luz dos resultados da avaliação de risco? Há seleção e aplicação das possíveis medidas de controle apropriadas, incluídas as medidas regulamentares para gerenciamento do risco? Existe um intercâmbio interativo de informações e opiniões sobre os riscos entre os responsáveis por avaliá-los, gerenciá-los e outras partes interessadas?					X	
	Informação e Comunicação	Existem indicadores de gestão monitorando o processo? Há um tratamento específico das ocorrências relacionadas à gestão de pessoas quanto à informação/comunicação à alta administração.			X			
	Monitoramento	As recomendações da Auditoria Interna, CGU e TCU são atendidas? A UJ possui indicadores que refletem adequadamente os principais aspectos da gestão, sendo utilizado para a tomada de decisão.					X	

TABELA PARA INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO	
Pontuação	Interpretação
1	Totalmente inválida
2	Parcialmente inválida
3	Neutra
4	Parcialmente válida
5	Totalmente válida

Registra-se que, acerca da situação apontada, a Unidade Auditada apresentou por meio do Ofício nº 11/2014-UCI/GAB/SR/DPF/BA, de 30.05.2014, a seguinte manifestação:

“Acerca do **item 11**, se clarifica que todos os indicadores são desenvolvidos pela Unidade Central e que esta UJ encaminhará documento à Direção Geral solicitando o desenvolvimento e implementação de indicadores de gestão relacionados ao grau de satisfação dos servidores e fluidez na comunicação entre os diversos setores que compõem a organização.

Ainda com relação ao **item 11**, a UJ informa que envidará esforços em grupo de trabalho a ser composto pela UCI e pelo SRH, a fim de, conjuntamente, desenvolver-se



ferramentas que permitam a criação e/ou melhoria de processos e procedimentos com a finalidade precípua de identificar as “fragilidades e potenciais riscos no desempenho da gestão de pessoas.”



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201406693

Processo: 08255.010309/2014-31

Unidade auditada: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado da Bahia

Ministério supervisor: Ministério da Justiça

Município: Salvador/BA

Exercício: 2013

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01 e 31/12/2013 pelos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas inserido neste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Foram registradas as seguintes constatações relevantes para as quais, considerando as análises realizadas, não foi identificado nexo de causalidade com atos de gestão de agentes do Rol de Responsáveis:

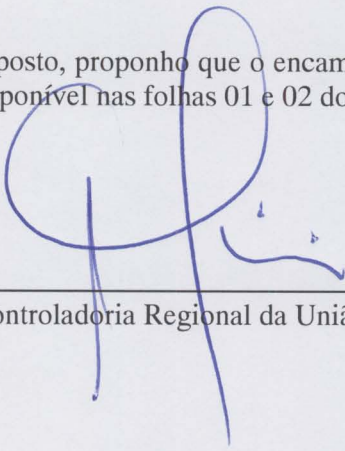
- Cessão gratuita de espaço físico para associação de servidores e cooperativa de crédito (item 4.1.1.1).

- Falta de atualização de valores dos imóveis de uso especial (item 4.1.1.2).

4. Nestes casos, conforme consta no Relatório de Auditoria, foram recomendadas medidas saneadoras.

5. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis, disponível nas folhas 01 e 02 do processo, seja pela **regularidade**.

Salvador/BA, 17 de julho de 2014.



Chefe da Controladoria Regional da União no Estado da Bahia

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer: 201406693

Processo: 08255.010309/2014-31

Unidade Auditada: Superint. Regional do Depto. da Polícia Federal no Estado da Bahia

Ministério Supervisor: Ministério da Justiça

Município/UF: Bahia - BA

Exercício: 2013

Autoridade Supervisora: José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício da Unidade acima referida, expresse opinião acerca dos atos de gestão referente ao exercício de 2013, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia apresentou no Relatório de Gestão de 2013 dados sobre os principais resultados alcançados na execução de suas ações finalísticas, com destaque para: 2.292 inquéritos relatados; 12 operações especiais de Polícia Judiciária; 1.209 perícias realizadas; 32 prisões efetuadas; 731 agências bancárias vistoriadas; 200 empresas de segurança privada vistoriadas; e emissão de 65.230 passaportes.

As principais constatações verificadas na gestão da Unidade referem-se à manutenção da cessão gratuita de espaço físico para associação de servidores e cooperativa de crédito e falta de atualização de valores dos imóveis de uso especial no sistema SPIUnet.

A falta de acompanhamento do processo de regularização do espaço físico ocupado pelas entidades e fragilidades dos controles internos afetos à manutenção dos registros de imóveis atualizada em sistema próprio revelam-se como causas associadas às constatações mencionadas.

Com o intuito de solucioná-las, foi recomendado à Unidade adotar imediatamente providências com vistas à regularização definitiva do uso do espaço físico cedido às entidades de classe e proceder às reavaliações dos imóveis de uso especial dentro do prazo estabelecido pela legislação.

A única recomendação do Plano de Providências Permanente pendente de implementação refere-se à cessão gratuita de espaço físico a duas associações de servidores sem atender às formalidades legais.

Com relação aos controles internos administrativos, identificou-se fragilidades em diversos componentes, associadas à: falta de capacitação em avaliação de risco e carência de mecanismos para identificar os potenciais riscos no desempenho de gestão de pessoas (avaliação de riscos); ausência de indicadores para aferir o desempenho e o grau de satisfação dos servidores e falta de fluidez na comunicação entre os setores que compõem a organização (informação e

comunicação). Os componentes ambiente de controle e procedimentos de controle foram considerados adequados.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 25 de julho de 2014

Diretor de Auditoria da Área Social